

Tales Faria

Agora é Lula quem aposta no caso Master contra a oposição

Quando apareceu o escândalo envolvendo o banco Master, a oposição saiu ganhando e o governo ficou nas cordas. Oposicionistas e parte do centrão logo transformaram o caso no principal tema da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do INSS e da CPI da Corrupção. As comissões não deram em nada, mas fizeram barulho.

Os institutos de pesquisa detectaram perda de pontos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) junto ao eleitorado. Especialistas afirmam que, normalmente, mesmo que outros grupos estejam envolvidos, a opinião pública relaciona esse tipo de escândalo aos governantes de plantão. Sobrou para Lula.

Mas as equipes de comunicação do governo e pela reeleição presidente apostavam que o tempo jogava contra a oposição e seus aliados, sobretudo no centrão, pois é nesse campo que o dono do Master, Daniel Vorcaro, tinha mais ligações.

Já era sabido em Brasília que Ciro Nogueira é um dos maiores amigos de Vorcaro entre os políticos. Senador pelo Piauí e presidente nacional do PP, Ciro chegou a apresentar ao Congresso, segundo a Polícia Federal, um projeto que teria sido preparado por Vorcaro para beneficiar seu banco com uso de recursos do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A PF afirma que ele recebia uma espécie de mesada de Vorcaro, entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil ao mês. Mas o senador nega. Sua defesa diz que se tratava de um contrato legal.

E não é só Ciro que está na mira da campanha governista. Filmetes estão sendo preparados ligando a Vorcaro o ex-presidente do Banco Central Ro-

berto Campos Netoe o governador de São Paulo, Tarcísio Vieira (Republicanos), o ex-governador de Brasília Ibaneis Rocha e até o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu filho senador, Flávio Bolsonaro, que é candidato a presidente da República pelo PL. A aposta dos governistas é de que o celular de Vorcaro e as prováveis delações premiadas que ainda virão deverão trazer mais implicados.

A oposição já detectou essa movimentação dos governistas e prepara peças de defesa. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcanti (RJ), tem em mãos um levantamento das votações mostrando que o PP e o União Brasil, na verdade, não seriam tão aliados assim da oposição.

Pelo levantamento de Sóstenes, o PP apoiou o governo Lula na votação de 69,6% dos projetos colocados em pauta no plenário da Câmara neste ano. O União Brasil votou com o governo em 61,9% das vezes. “O Progressistas é da base do governo Lula. Tem até ministério”, disse Sóstenes à coluna.

Os dois partidos formam a maior federação partidária do país, chamada União Progressista, que na verdade funciona como núcleo do centrão. O PL vinha tentando se aproximar do centrão, cujos parlamentares na região Nordeste do país se dividem entre o apoio a Lula e a Flávio Bolsonaro. Chegou-se a especular o nome de Ciro Nogueira como vice da chapa de Flávio, mas agora os bolsonaristas querem distância.

Distância de Ciro e daqueles que vierem a ser arrolados no escândalo. Mas o PL não abre mão dos votos do centrão. Como obter os votos e manter distância é uma equação difícil de solucionar.

Fernando Molica

Propina e a desigualdade no país

A revelação de que a Fast Shop pagou R\$ 442 milhões de propina para viabilizar um esquema gigantesco de fraude no pagamento de tributos indica que a concentração de renda e as desigualdades sociais no país existem até mesmo no universo da roubalheira.

A cifra é capaz de gerar revolta até mesmo em presídios onde ficam condenados por roubos que renderam um ínfimo percentual da quantia acumulada por fiscais da Secretaria Estadual de Fazenda de São Paulo. Isso, sem falar no total desviado por donos e por um diretor da Fast Shop — a empresa recebeu multa de R\$ 1,04 bilhão.

Os caras fizeram esse assalto ao dinheiro da população paulista sem usar armas, sem promover guerras por domínio de territórios, sem despertar na população o ódio e o desejo de vingança provocados pelos chamados bandidos comuns, que tanto nos assustam. A velha história de gente fina ser outra coisa.

É tanta grana que chega a dar saudades dos tempos em que — era o que se dizia — as propinas pagas a agentes públicos ficavam na casa dos 10% do valor do contrato da obra ou da prestação de serviços. Talvez seja o caso até de propor uma espécie de tabelamento da safadeza.

Há algumas décadas, o economista Mário Henrique Simonsen, que ocupou ministérios durante a ditadura militar, sugeriu, de maneira irônica, uma fórmula mágica para economizar despesas em obras desnecessárias e caras, criadas apenas para enriquecer empreiteiros e políticos: o governo pagaria a propina e não faria a obra. No resumo da ópera (ele era fã do gênero musical), sairia mais barato. Brincadeiras à parte, a revelação de uma fraude

tão gigantesca quanto a praticada pela Fast Shop em conluio com funcionários públicos tem que servir de reflexão sobre o tipo de sociedade que estamos construindo por aqui. Não é aceitável que uma dinheirama desse tamanho seja desviada, ao longo de anos, com tanta facilidade.

O pior é que parecemos todos meio anestesiados pela sucessão de notícias que indicam casos e mais casos de corrupção. E tome de emendas parlamentares suspeitas, de bancarização de integrantes dos três poderes, de contratações irregulares, de acordos apresentados como políticos e que têm como objetivo garantir a impunidade dos integrantes de determinados grupos ou quadrilhas.

A polarização piora o processo de prevenção, controle e punição ao absolver de maneira prévia bandidos alinhados com este ou aquele lado do universo político; é como se a sociedade tivesse aderido em bloco a regulamentos impostos por organizações criminosas — é como se moradores de área dominada pelo comando A adotassem seus algozes e passassem a odiar quem vivesse em locais mantidos sob o jugo do comando B.

A adaptação para o universo institucional de uma visão canhestra, típica das paixões futebolísticas, serve para garantir impunidade aos ladrões, que sempre terão pessoas para defendê-los.

O caso paulista merece investigação mais apurada — é improvável que tamanha negociata pudesse ser realizada sem proteção de políticos com influência na máquina pública. É difícil acreditar que eles tenham permitido tamanha pilantragem de graça, sem qualquer tipo de compensação, de carinho, de (como já me disse um deputado) “faz-me rir”.

EDITORIAL

GM acerta ao cortar na própria carne

A decisão da Corregedoria da Guarda Municipal de Campinas ao afastar o guarda Daniel Barbosa Marinho, acusado de assassinar a tiros a mulher Nájjylla Duenas Nascimento, de 34 anos, durante a própria festa de casamento no bairro DIC 4, merece reconhecimento pela rapidez e pela postura institucional adotada diante de um crime que estremeceu a cidade.

O agente - que integrava os quadros da corporação desde 1998 - foi afastado preventivamente por 90 dias, após o Poder Judiciário converter a prisão em flagrante para preventiva, após a audiência de custódia realizada logo após o ocorrido no último dia 9 de maio.

Embora o afastamento administrativo e a abertura de um procedimento disciplinar, que pode resultar em demissão, sejam obrigações legais e éticas de qualquer força de segurança pública é necessário pontuar que no cenário brasileiro atual nem todas as instituições cumprem com tal dever com o rigor esperado.

Frequentemente, observa-se uma tendência ao corporativismo ou à lentidão excessiva em processos internos sob a justificativa de aguardar o trânsito em julgado na esfera criminal, o que acaba por manter nos postos de trabalho indivíduos que feriram mortalmente os princípios éticos que tais casas ousam professar.

Ao agir prontamente, a Guarda Municipal de Campinas demonstra

que não pretende compactuar com a violência e que está disposta a cortar na própria carne, a fim de preservar a integridade institucional.

A postura da GCM ao acompanhar o caso e reafirmar publicamente que rejeita qualquer forma de agressividade é um passo fundamental no combate ao feminicídio, que segue sendo uma chaga social.

Nájjylla deixou três filhos de um relacionamento anterior, e a morte dela soma-se a estatísticas trágicas que exigem respostas institucionais firmes e imediatas. O afastamento do servidor detido na 2ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) sinaliza que o porte de arma e a autoridade concedida pelo Estado não podem servir de escudo para criminosos.

Parabenizar uma instituição por cumprir sua obrigação pode parecer complacente, mas na prática administrativa brasileira, a transparência e a agilidade na punição interna de desvios graves são raras e devem ser destacadas como exemplo de gestão pública eficiente.

Que o processo administrativo siga seu curso com o mesmo rigor demonstrado inicialmente garantindo que a justiça seja feita tanto nos tribunais quanto nos registros da administração municipal de Campinas, garantindo assim que a segurança pública seja exercida apenas por aqueles que respeitam a vida e a dignidade humana.

Opinião do leitor

Mães

Que as mães continuem amando os seus filhos e que estes nunca esqueçam que o amor por elas é a coisa mais importante de suas vidas. O dom da maternidade é um momento de emoções inexplícáveis na vida das mulheres, que é vivido intensamente em cada fase de desenvolvimento do ser gerado em seu próprio corpo.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.